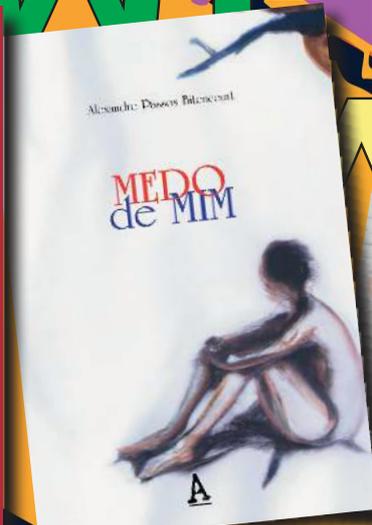
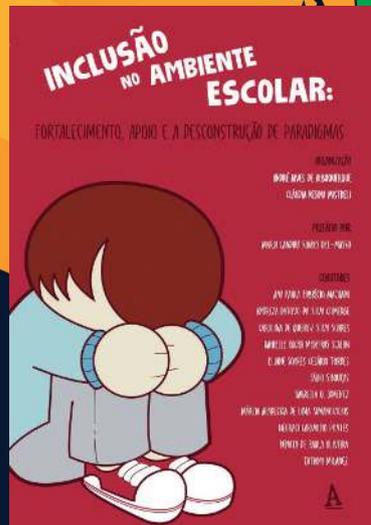


# Revista **a** EVOLUÇÃO

# ANSA L ENSAL MENSAL BIMESTRAL

# WEM 2 V I WEM 1 2 3

LANÇAMENTOS



# Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano V - nº 53 - Junho de 2024

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

**Editor Responsável:**

Antônio Raimundo Pereira Medrado

**Editor correspondente (Angola):**

Manuel Francisco Neto

**Coordenaram esta edição:**

Vilma Maria da Silva

Manuel Francisco Neto

**Colunistas:**

Adeilson Batista Lins

Isac Chateaufneuf

**Organização:**

Andreia Fernandes de Souza

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

## AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Antônio Ambriz Camuano  
Constantino João Manuel  
Daniela da Silva Souza Santos  
Elisângela Santos Reimberg Eduardo  
Fernanda Jaqueline Irineu Holanda  
Fernando Massi Argentino  
Francisca Francineuma de Lima  
Graziela de Carvalho Monteiro  
Janaina Pereira de Souza  
Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro  
Jucira Moura Vieira da Silva

Maria Aparecida da Silva  
Maria do Socorro Viana de Oliveira da Hora  
Maria Gilma do Nascimento Azevedo  
Monika Shinkarenko  
Patrícia Hermínio da Silva  
Patrícia Mendes Cavalcante de Souza  
Sileusa Soares da Silva  
Simone de Cássia Casemiro Bremecker  
Tania Aparecida Feitosa Medeiros  
Viviane de Cássia Araujo

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 5, n. 53 (jun. 2024). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2024. 174 p. : il. color

**Bibliografia**

Publicação contínua a partir de 2020. Mensal até a edição 52.

Bimestral (a partir desta edição).

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.53

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS: <https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.53>

**A**

São Paulo | 2024

## Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

## Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

## Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima

Andreia Fernandes de Souza

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Isac Chateaneuf

José Wilton dos Santos

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

## Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins

Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt

Profa. Esp. Ana Paula de Lima

Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza

Profa. Dra. Denise Mak

Prof. Dr. Isac Chateaneuf

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

## Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

## Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins

Prof. Dr. Isac Chateaneuf

## Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado

Vilma Maria da Silva

Lee Anthony Medrado

## Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703

Whatsapp: 55(11) 99543-5703

primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)

netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)

https://primeiraevolucao.com.br

## Imagens, fotos, vetores etc:

https://publicdomainvectors.org/

https://pixabay.com

https://www.pngwing.com

https://br.freepik.com

Publicada no Brasil por:

Edições  
**Livro Alternativo**

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.  
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.

A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

## PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

## PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as)** e autores(as) independentes;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform &  
overdrive by  
OJS / PKF

[www.primeiraevolucao.com.br](http://www.primeiraevolucao.com.br)

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

**05 EDITORIAL**

Antônio R. P. Medrado

**06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes**

Isac Chateaufneuf

**08 Ciência, Tecnologia & Sociedade**

Adeilson Batista Lins

**BIMESTRALIDADE**

1. O USO DOS MÉTODOS ATIVOS COMO ESTRATÉGIA INOVADORA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM ANTÔNIO AMBRIZ CAMUANO	13
2. O ENGAJAMENTO DAS IGREJAS NA LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO EM ANGOLA CONSTANTINO JOÃO MANUEL	19
3. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA DANIELA DA SILVA SOUZA SANTOS	25
4. A REPRESENTATIVIDADE DA GRAVURA E DA ESCRITA ELISANGELA SANTOS REIMBERG EDUARDO	31
5. A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL NA EDUCAÇÃO FERNANDA JAQUELINA IRINEU HOLANDA	39
6. A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROFESSORES - UM INSTRUMENTO PARA A MELHORIA NA ACTUAÇÃO DOCENTE FERNANDO MASSI ARGENTINO	45
7. A IMPORTÂNCIA DO TEATRO NO CAMPO EDUCACIONAL FRANCISCA FRANCINEUMA DE LIMA	59
8. ARTETERAPIA, LUDICIDADE E INCLUSÃO GRAZIELA DE CARVALHO MONTEIRO	69
9. A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA INFÂNCIA JANAINA PEREIRA DE SOUZA	77
10. PRÁTICAS DE LEITURA E LITERATURA QUE CONTRIBUEM PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM JÉSSICA MIDORI NINOMIYA RIBEIRO	83
11. A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: E SUA DISCUSSÃO EM ÂMBITO EDUCACIONAL JUCIRA MOURA VIEIRA DA SILVA	89
12. A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO NO ACOMPANHAMENTO ESCOLAR MARIA APARECIDA DA SILVA	99
13. A LITERATURA INFANTIL DESPERTANDO O PRAZER DE LER E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA MARIA DO SOCORRO VIANA DE OLIVEIRA DA HORA	105
14. O RESPEITO À DIVERSIDADE E AOS DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA MÁRIA GILMA DO NASCIMENTO AZEVEDO	115
15. REFLEXÕES DECOLONIAIS A RESPEITO DO ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL MONIKA SHINKARENKO	123
16. A FILOSOFIA E AS MULHERES QUE FIZERAM PARTE DO AMOR PELO CONHECIMENTO PATRÍCIA HERMINIO DA SILVA	129
17. A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO PATRÍCIA MENDES CAVALCANTE DE SOUZA	137
18. DIVERSIDADE CULTURAL E EDUCAÇÃO ÉTNICO RACIAL SILEUSA SOARES DA SILVA	143
19. METODOLOGIAS ATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL SIMONE DE CÁSSIA CASEMIRO BREMECKER	149
20. A ALFABETIZAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE TANIA APARECIDA FEITOSA MEDEIROS	157
21. A AFETIVIDADE E SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM VIVIANE DE CÁSSIA ARAUJO	165



# A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: E SUA DISCUSSÃO EM ÂMBITO EDUCACIONAL

JUCIRA MOURA VIEIRA DA SILVA<sup>1</sup>

## RESUMO

No Brasil, a Reforma Agrária já vem sendo discutida de longa data, sendo muitas vezes influenciada pelas políticas públicas e ações governamentais que variam conforme o governo em questão. No tocante à Educação, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), traz elementos que devem ser contemplados durante a discussão com os estudantes ao longo da Educação Básica com base em diferentes competências e habilidades. Assim, como objetivo geral tem-se a discussão da questão agrária do ponto de vista histórico, e como objetivos específicos, questões voltadas para a área educacional, a fim de contribuir para o desenvolvimento da criticidade dos estudantes, com relação ao tema em questão. Dentre os diversos autores, pode-se destacar Macedo (2018), Dias e Lima (2019) e Giroto (2021), que discutem o tema tanto historicamente quanto em âmbito educacional, com base em revisão bibliográfica para o desenvolvimento do presente artigo. Os resultados demonstraram ser de suma importância a discussão do tema para a conscientização dos estudantes bem como a criticidade sobre a sociedade.

**Palavras-chave:** Conscientização; Direitos Básicos; Moradia; Políticas Públicas.

## INTRODUÇÃO

A Reforma Agrária no Brasil vem sendo discutida já a longo prazo, porém, devido a outras questões, dentre elas a troca de governantes, a questão permanece mal resolvida prejudicando dentre os diferentes povos, em especial, os quilombolas e indígenas. Lembrando que a questão se refere a um processo econômico, político e social visando a democratização do acesso e posse de terras no território brasileiro, a partir do compartilhamento desse território para os produtores rurais que não possuem terras, garantindo assim, a sua subsistência.

Temas relacionados a Geografia Agrária podem ser discutidos ao longo da Educação

Básica, em especial, com Base Nacional Comum Curricular (BNCC), constitui-se como um dos desafios do ensino de Geografia atualmente, diante das situações ocasionados pelo capitalismo brasileiro é fundamental para uma formação significativa, capaz de ensinar nos estudantes a real interpretação dos problemas relacionados a questão agrária em sua complexidade.

Como problemática, tem-se que historicamente as questões agrárias se tornaram inquietações permanentes, em especial durante o governo do ex presidente Jair Bolsonaro, tratando-se tanto de questões políticas quanto sociais no Brasil, fazendo com que a questão não seja resolvida, trazendo diferentes contradições e conflitos, dificultando o encontro de soluções

<sup>1</sup> Graduação em Pedagogia pela Faculdade Renascença de São Paulo; Especialista em Psicopedagogia pelo Centro Universitário FAVENI; Professora de Educação Infantil, PEI na Prefeitura Municipal de São Paulo, SME, PMSP.

palpáveis para a população tanto urbana quanto rural.

No tocante à Educação, tem-se que a discussão sobre a Reforma Agrária no contexto da Geografia quando comparada aos outros componentes do currículo da área de Ciências Humanas, mesmo com base na BNCC, apresenta a temática organizada de forma fragmentada com objetivos, habilidades e unidades temáticas que muitas vezes não se conversam, podendo assim, contribuir para o entendimento equivocado em relação ao assunto.

Como justificativa, tem-se a importância de se discutir a Reforma Agrária nos dias atuais, a fim de elencar não só as situações decorrentes da mesma, mas, em especial, mudar as concepções presentes em relação a determinados povos, já que muitas vezes, ocorre um detrimento quando se discute sobre os direitos sobre a terra das populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas, por exemplo.

Assim, como objetivo geral, tem-se a discussão da questão agrária no Brasil, do ponto de vista histórico, destacando-se as ações governamentais ao longo das décadas que culminaram na situação em que se encontram hoje; e como objetivos específicos trazer essas questões para a área educacional, a fim de contribuir para o desenvolvimento da criticidade dos estudantes, com relação ao tema em questão.

O presente trabalho encontra-se dividido em dois capítulos. O primeiro traz “A questão agrária no Brasil”, perpassando pelos diferentes governos com ênfase especial no governo de Jair Bolsonaro, onde a questão ficou ainda mais tensa e difícil de ser resolvida; e o segundo, “Como trabalhar a questão da Reforma Agrária na Educação, trazendo reflexões de como se discutir o tema a partir da Pedagogia de Projetos e as possibilidades que a BNCC trazem para o desenvolvimento dessas questões.

## **A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**

Historicamente, com relação a expansão do agronegócio envolvendo a ocupação de áreas

pelo ponto de vista patriarcal e patrimonialista foi ambígua e ao mesmo tempo conciliatória, já que tinha como objetivo os interesses capitais, antagonizando o lucro versus a apropriação de terras (CANO, 2010).

Durante muito tempo, ao longo do Século XX, o Estado brasileiro preocupou-se em formular uma política protecionista industrial, fomentando o desenvolvimento industrial substituindo as importações incentivando o uso da capacidade produtiva já instaurada (TAVARES, 2000).

Com relação ao capital de autorregulação e as relações internacionais que envolvem a economia, desde a década de 1970, começou a desmontar a atividade coordenadora do Estado quanto a gestão financeira a partir do desdobramento das estratégias de divisão de trabalho e localização, o que fez com que o Brasil ficasse à mercê de conflitos no mercado financeiro.

Na história do Brasil, há algumas décadas, as questões agrárias tornaram-se inquietações permanentes tanto políticas quanto sociais, fazendo com que a questão regresse de forma cíclica no país, trazendo a tona contradições, conflitos e dificultando o processo histórico.

A Constituição de 1988 traz o direito de propriedade, mas, deixa claro que o direito se encontra baseado no princípio múltiplo da função social (Art. 5 e Art. 186), estabelecendo as terras produtivas, improdutivas, de proteção ambiental, quilombolas e indígenas, fronteiras, marinhas e devolutas (DELGADO, 2017).

Ainda, a Constituição estabeleceu que as improdutivas fossem disponibilizadas para desapropriação de acordo com o interesse social, retomando-se as ideias da Reforma Agrária e que as devolutas poderiam ser regularizadas e discriminadas, caracterizando o que seria uma terra privada ou pública. As terras públicas que não interessam a União podem ser incluídas na Reforma; já quando estivessem ocupadas poderiam ser regularizadas desde que de

pequena posse, como determinado no caso da regularização de terras ocupadas por indígenas e quilombolas.

Durante o processo de urbanização houve diferentes transformações na produção agrícola, em especial no latifúndio, estimulando desta forma a aquisição de insumos e a expansão de crédito subsidiadas, acarretando o aumento da oferta (TAVARES, 2000).

Nesse processo, o papel diretor do Estado foi essencial para a economia agrícola. A necessidade de se organizar um aparato financeiro e fiscal regulador quanto a distribuição de renda e riqueza no tocante as elites agrárias, e conseqüentemente com os setores externos. A exclusão de demandas sociais dos sindicatos e de outras instituições representantes dos trabalhadores rurais, fez com que posseiros, produtores familiares, quilombolas e indígenas que concorriam a essas terras, ficassem à mercê do processo.

A terra considerada rural, sejam griladas ou privadas, além dos recursos naturais, foram propostos pelo capital industrial e latifundiário, influenciando na economia global, a partir de políticas públicas que concernem a referida questão. O pacto agrário acabou convertendo o Estado em um verdadeiro local de conciliação de interesses que convergem para as classes hegemônicas, em especial, quanto às implicações e inquietações fundiárias, sociais e ambientais que ficaram esquecidas ao longo desse processo.

O pacto resultou em três fatores estruturais: em primeiro lugar, a concentração e a apropriação de terras e recursos ambientais; em segundo, as relações patrimoniais e aristocráticas regionais além do poder centralizado, através da representação política; além, do caráter dependente da burguesia em relação ao capital internacional (TAVARES, 2000).

Ainda, quanto a essa tríade tem-se o processo de modernização agrário, contribuindo para a valorização latifundiária com ou sem tecnologia e com domínio da grilagem ou propriedade.

Desta forma, ao se adiar a solução da Reforma Agrária junto ao ordenamento fundiário de uma porção do território, relacionado às áreas devolutas e improdutivas, esconde-se a forma como se apropria o território e a utilização dos recursos naturais, caindo no descaso dos três poderes no Senado quanto a ocupação de terras no Brasil.

No caso dos imóveis de pequeno e médio porte que não podem ser desapropriados para a reforma agrária, destaca-se aqueles de porte grande que se encontram improdutivos. Dos cerca de 240,8 milhões de hectares que se apresentavam improdutivos, 143,8 milhões (59%) poderiam ser desapropriados de acordo com os interesses sociais com base na Reforma Agrária, seguindo os preceitos da Constituição de 1988 e a da Lei de Terras nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (IPEA, 2016).

No Brasil, a gestão fundiária trouxe o fato de que grande parte do território não é mapeada pelo Censo Agropecuário, ficando informações importantes como o registro da forma de ocupação de fora, conhecidas como áreas que possuem ocupações diversas, deixando à margem os estabelecimentos rurais e outras áreas não identificadas pelo que o IBGE identifica.

Com relação ao crescimento da economia é possível notar o predomínio industrial urbano sobre o agrário, passando a fornecer matérias primas e mão de obra para as indústrias. A industrialização aconteceu, porém, não alterou as relações de produção e poder no âmbito rural.

Diante desse contexto, o Estado acabou não perdendo a função de plexo condensador com relação ao capital. Mesmo que a responsabilidade do investimento tenha ficado a cargo do Estado no tocante a economia internacional, continuando assim a garantia da dinâmica do capital, do direito à propriedade, das exigências contratuais e a garantia da ordem no país para o desenvolvimento financeiro (MASCARO, 2013).

No ano de 2004, o saldo da Reforma Agrária não teve expressividade. No ano seguinte, seguindo a mesma lógica, o clima acabou se tornando ainda mais tenso o que resultou na continuação das ações e manifestações de diferentes movimentos sociais:

Marcha do MST reuniu 12 mil integrantes de 22 estados e mais o Distrito Federal. Os trabalhadores partiram de Goiânia com destino a Brasília para exigir do governo Lula o cumprimento das metas da Reforma Agrária e a mudança na política econômica. Outras organizações populares participaram da marcha, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Conferência dos Religiosos do Brasil (CRBA) Movimento das Fabricas Ocupadas, além do apoio da Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB), entre outras que realizaram atos de apoio à Marcha. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 118).

Durante o governo Lula, houve o comprometimento por parte do governo com os trabalhadores rurais conhecidos como sem-terra e com os latifundiários. Estes passaram a pressionar as políticas de desapropriação das terras, resultando na revisão de políticas relacionadas a essa questão, contribuindo para a defesa do acesso às terras que se encontravam em seu controle:

[...] o MST vai disputar territórios com seu principal oponente: o agronegócio. Essa disputa é uma das principais marcas da questão agrária desde o passado até a atualidade e foi ampliada e intensificada pela modernização e mundialização da produção agrícola. Contraditoriamente, esta nova realidade liberta a reforma agrária da simples compreensão distribucionista e amplia seu conteúdo para uma luta ampla, multidimensional e complexa. Lutar pela reforma agrária significa lutar por todas as dimensões do território, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital [...] (FERNANDES, 2008, p. 76).

No ano de 2010, a nova presidente Dilma Rousseff, trouxe para a questão da Reforma agrária outro conflito relacionado a falta de êxito e comprometimento com a discussão. O resultado do primeiro mandato indicou que o

governo federal assentou menos famílias, quando comparado aos assentamentos realizados entre 1994 e 2014 (INCRA, 2019).

Cabe salientar que nos governos Lula e Dilma destacam-se algumas políticas criadas como medidas de solucionar os problemas no campo, dando maior atenção à dimensão social dos assentamentos. No ano de 2016 vítima de um golpe a presidenta Dilma sofre o impeachment e assume a presidência seu vice Michel Temer e a questão agrária se agrava no País.

Segundo Dias e Lima (2019), a propriedade das terras começou a apresentar uma alternativa viável para a crise estrutural de acúmulo de capital e a possibilidade de continuação do contexto rentável e financeiro. Esse capital global acarreta na privatização de terras e recursos associados, resultando em titulação.

Para aumentar a fonte de renda eleva-se o valor da terra, o que resulta no aumento da renda e lucro agrícola. O ganho se dá sobre o estoque de terras tanto improdutivas quanto produtivas, baseado na política fundiária de governo contrapondo o cumprimento da função social da propriedade (DELGADO, 2009).

Quanto a produtividade, pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2016), relatou que no cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no ano de 2015, a improdutividade passou a afetar pequenas, médias e grandes propriedades, onde cerca de 10% dos imóveis considerados rurais, compreendendo 33% de toda a área estariam em condições de produção. Desta forma, 90% dos imóveis correspondem a 2/3 das terras que não estariam de acordo com sua função social.

A pesquisa do IPEA (2016), ainda indicou que o território considerado produtivo para o agronegócio foi bem menor quando comparado ao improdutivo. Desta forma, a expansão do agronegócio se configura como essencial para a geração de renda agrícola e fundiária pelos donos dos territórios improdutivo.

Essa questão remete a própria política governamental que os governos do pós impeachment ocorrido em 2016 trouxeram para a política agrária, resultando na hegemonia neoliberal do mercantilismo e privatização de terras. Essa hegemonia econômica e política resultado do desenvolvimento do agronegócio vão se refletindo nas políticas econômicas voltadas para o crédito rural e a liberação do uso de diversos agrotóxicos; enfraquecendo o regime fundiário pautado na Constituição e interferindo na função social de propriedade e na regulamentação normativa da regularização fundiária e da Reforma Agrária.

No ano seguinte, ocorreu a degradação do mecanismo institucional voltado para essas políticas, incluindo-se a questão da agricultura familiar. Anteriormente, o governo extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e modificou a Medida Provisória n. 759, da Lei nº 13.465/2017, estabelecendo condições para privatizar terras já assentadas e legitimar terras da União, incluindo os grileiros, sem as condicionantes sociais e ambientais que eram exigidas até então pela Lei nº 13.001/2014 (MATTEI, 2018).

Hoje, a tendência atual da política fundiária é a mercantilização das terras (griladas, privadas e de domínio público) somando-se a isso, a especulação global voltada para o agronegócio, recolocando o Brasil como alvo dos processos coloniais, só que com base na hegemonia financeira do capital e das empresas de grande porte, o que influencia diretamente a questão agrária.

A ação social civil acabou se tornando segundo plano na política nacional apresentando resistência aos excessos governamentais, onde a população rural acabou se paralisando e não lutando contra a dinâmica de acumulação do dinheiro, com medo da violência e repressão.

Essa situação fica comprovada ao observar os dados encontrados pelo último levantamento relacionado a distribuição de

terras para a agricultura, segundo o Censo Agropecuário do ano de 2017, em que cerca de 1% dos estabelecimentos considerados rurais acima de 500 hectares controlavam mais de 50% das áreas rurais agricultáveis, enquanto que áreas menores de 10 hectares representavam a metade desses estabelecimentos, correspondendo cerca de 2% da área total voltada para a agricultura somente (IBGE, 2017).

Além disso, é preciso destacar que outras situações demarcaram o período como a extinção do MDA; a interrupção do processo de Reforma Agrária; e a demarcação das terras indígenas, apoiando a expansão do agronegócio e a manutenção de grandes propriedades, o que resultou na violência por parte das populações que se sentiram prejudicadas, indicado pelo Relatório de violência no Campo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ainda em 2017, registrando setenta assassinatos em campo, índice maior que o obtido em 2004.

Porém, a situação começou a se complicar ainda mais após a posse do presidente Jair Bolsonaro. Com o soergimento das corporações capitalistas, a partir do uso indiscriminado de agrotóxicos e o comércio de terras envolvendo a comercialização estrangeira, provocando o enfraquecimento de organizações dos trabalhadores e aumentando as perseguições, conflitos, assassinatos, dentre outras situações extremistas (CORREIO DO POVO, 2019).

As políticas voltadas para essas questões representaram enorme retrocesso, sendo direcionadas a favor dos interesses econômicos do capital, representados pelo agronegócio, latifundiários, mineradoras, madeireiras, grileiros, além de empresas internacionais relacionadas ao cultivo e agricultura.

Sem uma política de reforma agrária e com os territórios ameaçados, os camponeses procuram uma resistência ativa para superar este momento de exclusão de políticas públicas de desenvolvimento. A luta pela terra está sob

ameaça com o governo Bolsonaro querendo caracterizar a ocupação de terra como ato terrorista (CORREIO DO POVO, 2019).

Todas essas situações relacionadas ao governo demonstraram a relação entre a idealização da mercantilização e da privatização de terras iniciada pelo governo anterior, de Michel Temer (TEIXEIRA, 2019).

Outra questão preocupante é que durante o governo Bolsonaro, teve-se a defesa e incentivo do armamento por parte da população, o que incitou também os latifundiários. A violência envolvendo a luta pela posse de terras em solo brasileiro acabou por ceifar vidas ao longo dos quatro anos. No primeiro ano houve notoriamente a incitação à violência contra as ocupações de terra.

Essas ocupações aconteceram em todas as regiões brasileiras. Em 2019, primeiro ano do mandato do presidente, a situação continuou observando-se maior ocupação na região da Amazônia e no Nordeste. Aproximadamente 130 mil famílias sem-terra lutavam na época para assentar terras em todo o território, porém, as ações de despejo por força policial avultam neste mesmo ano, ocorrendo reintegração de posse em diferentes Estados como Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Bahia, Mato Grosso do Sul, dentre outros. Essa reintegração de posse ocorreu também entre famílias acampadas em terrenos ocupados por décadas, em que as pessoas inclusive tiravam seu sustento.

O governo de Bolsonaro acabou por reconhecer apenas dois territórios quilombolas, que já eram delimitados nos anos que antecederam sua gestão, como as áreas do Programa Nacional de Reforma Agrária. Ou seja, a comunidade quilombola Povoado Forte, localizada nos municípios Cumbe e Nossa Senhora das Dores, no Sergipe, que já havia sido delimitada em 2017 e o Quilombo Invernada Paiol de Telha-Fundão, no município de Guarapuava, Paraná, que já havia sido delimitada no ano de 2014, foram mantidas (GIRARDI & SOBREIRO FILHO, 2019).

No ano seguinte, em 2020, a Lei n. 13.986 alterou o Parágrafo 2º do Art. 1º da Lei n. 5.709/1971, compreendendo que as restrições que existiam na lei antiga não deveriam ser aplicadas as situações de sucessão legítima; a constituição real de garantia seja ela nacional ou internacional e; quanto ao recebimento de imóveis em liquidação relacionados à pessoa jurídica em âmbito nacional ou estrangeiro, ou nacional que participe a qualquer título; estrangeiras físicas/jurídicas que possuam a maior parte do capital social e que residem ou apresentem sede no exterior, a partir de garantia real, de dação em pagamento ou quaisquer outras formas.

Ou seja, a aprovação desta lei em 2020, trouxe lacunas que permitiram a apropriação de terras consideradas rurais pelas empresas internacionais e mesmo brasileiras, mas, controladas por capital estrangeiro.

Quanto às terras indígenas, depois das discussões trabalhistas, mostraram-se a segunda maior discussão quando relacionado à ocorrência de manifestações no Brasil, resultando em um total de 227 ações, ou seja, 17,5%, envolvendo protestos contra a política indianista e a municipalização da saúde adotada pelo governo federal.

Assim, a Reforma Agrária e a exclusão de programas voltados para o comércio alimentício provenientes da agricultura familiar, resultante da luta de milhões de famílias sem-terra durante décadas, ficaram paralisados ou mesmo excluídos, juntando-se ao fato das demarcações de terras quilombolas e indígenas.

O governo do ex-presidente acabou por contribuir para a invasão de terras públicas que se tornaram pastagem e a exploração de minérios através da consolidação do desmatamento e das queimadas das florestas.

Martins (2000), relata que esse tema limita a possibilidade de sair de um impasse, o que aprisiona a população em uma modernidade que ao mesmo tempo é atrasada. As questões sobre a distribuição de terras no Brasil é uma

problemática que não conseguiu ser resolvida até os dias de hoje.

A pessoas que vivem na área rural, os povos quilombolas e indígenas, que dela vem sua subsistência, tiveram e tem historicamente seus direitos cerceados por uma parcela significativa de capitalistas que possuem quantidades enormes de terra e tiram vantagem e lucro por intermédio da exploração não só das terras, mas, dos trabalhadores que vivem ali.

### **COMO TRABALHAR A QUESTÃO DA REFORMA AGRÁRIA NA EDUCAÇÃO ?**

Trazendo a questão da Reforma Agrária para o contexto histórico e educacional, a Lei de Terras, criada no ano de 1850, aconteceu em um período de transição voltado ao capitalismo industrial, fazendo com que os territórios passassem a constituir um novo componente financeiro, funcionando como uma espécie de mercadoria, uma vez que se iniciou a exploração agrícola.

A lei era bem clara quanto a aquisição de terras, sendo necessária a sua compra, proibindo assim, as sesmarias e a posse das terras consideradas devolutas. Na prática, isso permitiu que as relações comerciais que já existiam na aquisição e venda de terras permanecessem, como foi o caso dos latifundiários.

Por esse motivo, a Reforma Agrária teria a idealização de uma democratização do direito de acesso às terras. Porém, encontrou-se grande resistência dos latifundiários, o que começou a comprometer a sua implementação.

Trazendo todo esse contexto para a educação, é importante a formação de cidadãos críticos e conscientes de suas obrigações e deveres. Sendo assim, a disciplina de Geografia é de suma importância para desenvolver e trabalhar essas questões, tendo como exemplo, a discussão do tema Reforma Agrária no Brasil.

Nos dias atuais, é perceptível que esse tecnicismo ainda se faz presente, no que se refere à padronização dos conteúdos escolares, organizados de forma a atender a uma

racionalidade prática, moldando o comportamento, as atitudes e as emoções dos indivíduos para torná-los aptos a acompanhar o ritmo da produção e do mercado (MACEDO, 2018).

Por esse motivo, a reforma educacional trouxe uma série de mudanças para a contextualização desse e de outros assuntos, com base no Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014 e o Art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/96, contribuindo para a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

No Ensino Fundamental II, por exemplo, a BNCC indica diferentes abordagens com base nas habilidades. Uma delas é a EF08GE10 que trabalha a questão agrária e latifundiária, podendo ser discutida ao longo do ano letivo, como é o caso do desenvolvimento de conceitos e discussões a partir de projetos:

[...] podem ser usados nos diferentes níveis de escolaridade, desde a educação infantil até o ensino médio. O que é importante considerar, a priori, é que cada um desses níveis possui especificidades e características peculiares que os vão distinguir em alguma medida: com relação ao grupo etário, a realidade circundante, às experiências anteriores, dos alunos e professores (HORN e BARBOSA, 2008, p.71).

A Pedagogia de Projetos voltada ao ensino e a aprendizagem tem-se mostrado eficaz na construção do conhecimento junto aos estudantes. Sua utilização traz uma nova perspectiva a esse respeito. Todo conhecimento é construído a partir do contexto em que está sendo utilizado, portanto, torna-se impossível de separar o cognitivo, a emoção, além das próprias relações sociais que são construídas ao trabalhar em grupo.

O trabalho em equipe, que também faz parte da ideologia desse tipo de metodologia, desenvolve outras questões como o sujeito cognitivo, pensador, curioso, questionador, que carrega consigo conhecimentos prévios sobre todos os assuntos, mostrando aos estudantes,

conhecimentos do mundo globalizado, de forma interdisciplinar e contemporânea.

Vale lembrar que a pedagogia de projetos envolve diversos participantes, no qual cada um desempenha determinado papel. O trabalho em equipe, a autonomia e a criticidade são muito valorizados. Assim, é possível dizer que a atuação do professor e do estudante são fundamentais para o bom andamento do projeto e todo o processo que envolve a aprendizagem nele existente:

Um projeto é uma abertura para possibilidades amplas de encaminhamento e de resolução, envolvendo uma vasta gama de variáveis, de percursos imprevisíveis, imaginários, criativos, ativos e inteligentes, acompanhados de uma grande flexibilidade de organização. Os projetos permitem criar, sob forma de autoria singular ou de grupo, um modo próprio de abordar ou construir uma questão e respondê-la (BARBOSA e HORN, 2008, p. 31).

Del Gaudio et al. (2017), trata da importância do surgimento da BNCC, uma vez que as mudanças educacionais foram fundamentais, já que anteriormente a tudo isso, nos diferentes governos, o ensino tecnicista predominava, direcionando as classes mais baixas da população em que os filhos desses trabalhadores precisam ser educados para servir à classe dominante, perpetuando mais uma vez as desigualdades sociais.

Nos dias atuais, espera-se muito a prática do professor condizente com a realidade da sala de aula, vindo de encontro das necessidades de inovar, atualizar, de sentir quando deve modificar sua forma de trabalhar, para melhor atender as expectativas de aprendizagem (SAMPAIO, 2012).

As discussões devem permear segundo o documento, diferentes visões relacionadas aos movimentos sociais, em especial o MST, além de trazer a polêmica relacionada a distribuição de terra e produção de alimentos sem a aplicação de agrotóxicos:

[...]o alimento não é uma mercadoria, é um direito humano, e a produção e distribuição dos alimentos é uma questão de sobrevivência dos seres humanos, sendo, portanto, uma

questão de soberania popular e nacional. Assim, soberania alimentar significa que, além de terem acesso aos alimentos, as populações de cada país têm o direito de produzi-los. E é isso que pode garantir a elas a soberania sobre suas existências (STÉDILE E CARVALHO, 2012, p. 722).

Desta forma, é necessário abordar o tema dentro da Geografia Agrária, tomando a discussão da Reforma como ponto de partida a fim de que os estudantes compreendam a importância de se valorizar a agricultura familiar, a igualdade, dentre outras questões essenciais que permeiam a vida do ser humano.

Cabe ressaltar que a discussão agrária dentro da disciplina de Geografia, mais especificamente na área de pesquisa da Geografia Agrária, é possível perceber que comparada aos outros componentes curriculares da área de Humanas, os conceitos e conteúdos relacionados a essa temática envolvem ainda uma organização fragmentada em objetivos, habilidades e unidades temáticas, o que pode contribuir para o entendimento equivocado do assunto (QUEIROZ, 2019).

Dentre as habilidades da BNCC, ainda se tem a EF07GE03, que trabalha argumentos com base na territorialidade dos povos quilombolas, indígenas, de ribeirinhos e caiçaras, dentre tantos grupos sociais sejam rurais ou urbanos, discutindo-se os aspectos e direitos legais para esses povos (BRASIL, 2017).

Embora o 7º corresponda ao ano onde as discussões sobre Geografia Agrária se mostram mais amplas, o fato de se ter somente duas habilidades relacionadas à discussão dessa temática pode refletir o esquecimento ou a falta de valorização desse conteúdo na Base Curricular.

A outra habilidade que complementa essa discussão ao longo deste ano é: “EF07GE02 - Analisar a influência dos fluxos econômicos e populacionais na formação socioeconômica e territorial do Brasil, compreendendo os conflitos e as tensões históricas e contemporâneas” (BRASIL, 2017, s/p.).

Retomando a habilidade do ano/série seguinte, EF08GE10, trata da essencialidade das ações e conflitos ocorridos pelos diferentes movimentos sociais, comparando os ocorridos no Brasil com os diferentes países da América Latina.

Porém, segundo Mesquita et al. (2020), é preciso observar o discurso que se propaga através da mídia, além do que se reproduz no ambiente escolar com relação aos movimentos sociais citados de forma discriminatória. Por esse motivo, antes de se comparar os movimentos sociais latino-americanos, é preciso problematizar junto aos estudantes, esses conceitos elencando o verdadeiro papel desses movimentos tanto no ambiente urbano quanto no rural.

Assim, no 8º ano a discussão voltada para os conteúdos de Geografia Agrária revelam uma enorme contradição, já que ao mesmo tempo que se propõe uma discussão referentes aos padrões da economia mundial em relação a produção, desconsidera-se os conflitos existentes tanto urbanos quanto rurais, em decorrência deles. Não trazer à tona essa situação abre a possibilidade para diferentes interpretações culminando, muitas vezes, na criminalização e marginalização dos próprios movimentos sociais.

Ou seja, é possível perceber que a BNCC traz habilidades e conteúdos voltados para a compreensão da Geografia Agrária; porém, muitas vezes, tais habilidades indicam apenas que o estudante precisa ser capaz de compreender e relacionar a temática, sem entender conceitos básicos necessários para que a aprendizagem seja, de fato, significativa, demonstrando por parte do referido documento certa falta de preocupação com a associação dos processos discutidos e os seus contextos sociais (GIROTTI, 2021).

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo teve por objetivo realizar levantamento bibliográfico documental a respeito do contexto da Reforma Agrária no

Brasil, no cenário atual pelo qual o país vem passando com base nos diferentes momentos históricos e os desafios recorrentes das políticas públicas e gestões anteriores a atual presidência. A discussão sobre o tema foi realizada a partir de revisão bibliográfica a respeito do assunto.

Para a realização da presente pesquisa foi escolhida a metodologia qualitativa, pois, apresenta-se como um tipo de pesquisa conclusivo, uma vez que tem por objetivo quantificar um dado problema com base na discussão de diferentes autores sobre o tema.

Como aporte teórico do artigo, tem-se Mascaro (2013), Macedo (2018), Dias e Lima (2019), Giroto (2021), dentre outros autores que trazem a problemática referente à questão da Reforma Agrária tanto do ponto de vista histórico quanto educacional.

Assim, foram analisados artigos, teses, dissertações, dentre outros documentos pertinentes ao tema, a fim de gerar reflexões e discussões a respeito, contribuindo para uma melhor compreensão da temática em questão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Reforma Agrária que deveria ser concretizada pelo Estado, bem como a redistribuição de propriedades rurais, tinha por intenção acontecer de forma a garantir a igualdade mais igualitária. Esse processo passou a constituir a compra ou desapropriação de terrenos e propriedades improdutivas de origem latifundiária, através do Estado, assim como a redistribuição dessas mesmas terras para as famílias rurais.

Pensando no ensino de Geografia no tocante a discussão sobre a Reforma Agrária e a sua importância para o país, o ambiente escolar caracteriza um espaço responsável por ofertar condições para o pertencimento, o reconhecimento da identidade e de visão de mundo importante para o exercício da cidadania.

Observar o mundo a partir da compreensão da Geografia Agrária é fundamental para discutir os problemas

provocados pelas desigualdades sociais, a falta de acesso às terras e a exploração dos recursos naturais atrelados ao sistema produtivo agrícola relacionado ao desenvolvimento do agronegócio. A discussão contribui para a compreensão de que os problemas rurais não se restringem apenas aos indivíduos desses locais, mas, que afetam os que se localizam no ambiente urbano.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, V. de O. **Reforma Agrária no governo Lula [dissertação]:** uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária – Franca: UNESP, 2006.

BARBOSA, M.C.S.; HORN, M.G. **Projetos Pedagógicos na Educação Infantil.** -Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** A Educação é a Base. Brasília: Ministério da Educação/ CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 16 mai. 2023.

CANO, W. Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil. **Texto para discussão**, n.º 177, maio. UNICAMP. Campinas/SP, 2010.

CORREIO DO POVO. Bolsonaro quer tipificar invasão de terra como terrorismo. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/noticias/politica/bolsonaro-quer-tipificar-invasao-de-terra-como-terrorismo-1.333820>. Acesso em: 18 mai. 2023.

DEL GAUDIO, R.S. et al. Ensino de Geografia e formação de professores: desafios e possibilidades na contemporaneidade. In: ASCENÇÃO, Roque et al. **Conhecimentos da Geografia: Percursos de Formação Docente e Práticas na Educação Básica.** Belo Horizonte: IGC, 2017. p. 1-27.

DELGADO, G.C. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. In: JACCOUD, L et al.(org) **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo.** IPEA. Brasília/DF, 2009.

DELGADO, G.C. Questão agrária hoje. In: DELGADO; G C; PEREIRA, S M P P (org). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** MDA. Brasília/DF, 2017.

DIAS, A; LIMA, T. Aquisição transnacional de terras: peculiaridades e continuidades de uma novidade velha. In LIMA; OLIVEIRA (org) **Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional: Brasil e China em perspectiva.** Recife: FASA, 2019.

FERNANDES, B.M. **O MST e as reformas agrárias do Brasil.** OSAL/ CLACSO. Ano IX Nº 24 de Outubro de 2008.

GIRARDI, E.P.; SOBREIRO FILHO, J. **Relatório Dataluta Brasil** - Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2019.

GIOTTO, E.D. Qual raciocínio? Qual geografia? Considerações sobre o raciocínio geográfico na Base Nacional Comum Curricular. **Geographia**, Niterói, v. 23, n. 51, p. 1-12, 2 dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/45460/30512>. Acesso em: 20 mai. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário de 2017.** Disponível em: >. Acesso em: 20

mai. 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Desenvolvimento Rural. **Políticas sociais:** acompanhamento e análise. v. 24. IPEA. Brasília/DF, 2016.

MACEDO, E. “A base é a base”. E o currículo o que é? In: AGUIAR, Márcia Ângela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes (orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024:** avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE, 2018. p. 28-33.

MARTINS, J. de S. **Reforma Agrária: o impossível diálogo.** São Paulo: Editora USP, 2000.

MASCARO, A. **Estado e forma política.** Ed. Boitempo. São Paulo/SP, 2013.

MATTEI, L. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2. João Pessoa: DGEOC/CCEN/UFPB, 2018.

MESQUITA, A.L.; ROSSETTO, O.C.; CANTÓIA, S.F. A Geografia Agrária na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 54, p. 886-922, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/1870/1601>. Acesso em: 21 mai. 2023.

OLIVEIRA, A.U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labor Edições, 2007.

QUEIROZ, K.K.R. de. **A geografia escolar e o agrário: o ensino de Geografia como possibilidade da formação cidadã.** 2019. 231f. Dissertação (Mestrado Profissional em Geografia) - Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SAMPAIO, M.C.S. **A importância de trabalhar com projetos no Ensino Fundamental.** Monografia de Conclusão de Curso de Pedagogia. Faculdade Cenequista de Capivari – CNEC. 44 páginas, 2012.

STÉDILE, J.P.; CARVALHO, H.M. de. Soberania alimentar. In: CALDART, Roseli Salette; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 716-725.

TAVARES, M.C. **Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes.** In: TAVARES, M. C. (Org.). Celso Furtado e o Brasil. Ed. Fund. Perseu Abramo. São Paulo/SP, 2000.

TEIXEIRA, G. **O Governo Bolsonaro e os desmontes nas políticas para o agrário: um resumo.** Texto enviado por correio eletrônico. Recebido em: 08/09/ 2019.



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.53>

#### ORGANIZAÇÃO:

Andreia Fernandes de Souza  
Manuel Francisco Neto  
Vilma Maria da Silva

#### AUTORES(AS):

António Ambriz Camuano  
Constantino João Manuel  
Daniela da Silva Souza Santos  
Elisangela Santos Reimberg Eduardo  
Fernanda Jaquelina Irineu Holanda  
Fernando Massi Argentino  
Francisca Francineuma de Lima  
Graziela de Carvalho Monteiro  
Janaina Pereira de Souza  
Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro  
Jucira Moura Vieira da Silva  
Maria Aparecida da Silva  
Maria do Socorro Viana de Oliveira da Hora  
Maria Gilma do Nascimento Azevedo  
Monika Shinkarenko  
Patrícia Hermínio da Silva  
Patrícia Mendes Cavalcante de Souza  
Sileusa Soares da Silva  
Simone de Cássia Casemiro Bremecker  
Tania Aparecida Feitosa Medeiros  
Viviane de Cássia Araujo



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform &  
workflow by  
OJS / PKP

[www.primeiraevolucao.com.br](http://www.primeiraevolucao.com.br)

